



ESTUDAR MEDICINA?! PERSPECTIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO SÉCULO XIX, ESTUDO DE CASO SOBRE MANOEL BOMFIM

Ivan Paulo Silveira Santos¹

GT12 – História da Educação

RESUMO: O texto tem o propósito de analisar algumas características da Educação brasileira no século XIX, através de um estudo de caso. Tal perfil do trabalho possibilita refletir não apenas sobre a Educação, mas também sobre como a sociedade brasileira da época dispunha do recurso e para quais grupos sociais ele se dirigia. O estudo de caso é sobre o intelectual sergipano Manoel Bomfim e ele será examinado pelo conceito da trajetória e da sócio-história. Ambos dão a dimensão dos processos de escolha e influências de uma determinada formação e o contexto ao qual o objeto de estudo estava inserido, que dispunha os meios e estabelecia o ambiente.

Palavras-chave: Manoel Bomfim, Medicina, Profissão, Educação, estrutura social.

RESUMEN: El texto tiene el propósito de analizar algunas características de la Educación brasileña en el siglo XIX, a través de un estudio de caso. Tal perfil del trabajo posibilita reflexionar no sólo sobre la Educación, sino también sobre cómo la sociedad brasileña de la época disponía del recurso y para qué grupos sociales se dirigía. El estudio de caso es sobre el intelectual sergipano Manoel Bomfim y será examinado por el concepto de la trayectoria y de la socio-historia. Ambos dan la dimensión de los procesos de elección e influencias de una determinada formación y el contexto al que el objeto de estudio estaba insertado, que disponía de los medios y establecía el ambiente.

Palabras clave: Manoel Bomfim, Medicina, Profesión, Educación, estructura social.

¹ Professor do Ensino Básico da SEED/SE. Graduado em História Licenciatura Plena pela UFS. Mestre em Sociologia pelo PPGS/UFS. Participante do Grupo de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas (GERTS) do PPGA/UFS. E-mail: ivanpaulo73@yahoo.com.br.



INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo é analisar alguns aspectos da Educação no plano local (Sergipe) e no plano nacional brasileiro do século XIX. Esse objetivo diz respeito tanto aos cursos Superiores quanto à Educação Secundária do Brasil daquela época. Em relação ao Ensino Superior refletirá, particularmente, sobre o *status* que viabilizavam, as perspectivas profissionais e grupo socioeconômico mais frequente em tais cursos. A partir desse enfoque, sobre o Ensino Secundário serão analisadas suas características gerais, dentro do que se possa denominar de Sistema de Educação, e como, em especial, era um meio de acesso àqueles cursos superiores. Apesar da aparente amplitude, a qual obviamente não caberia em um breve artigo como este, a proposição é de um estudo de caso: o do intelectual sergipano Manoel Bomfim. Essa abordagem dará mais tangibilidade ao texto em relação ao seu objetivo. Não apenas por esse aspecto, mas também pelo fato que não se explorará aqui a conhecida trajetória de Bomfim enquanto agente ativo do *metiê* da Educação. Por outro lado, observaremos o jovem Manoel Bomfim em seus percalços estudantis ao decidir estudar Medicina. A partir desse prisma será possível compreender aspectos e características sobre a Educação em uma pequena província brasileira do período Imperial. Todavia o enfoque local permitirá a visão a respeito do plano nacional. Isso porque será necessário analisar a relação entre o local e o nacional da Educação brasileira da época do Império.

A análise será empreendida através essencialmente de um levantamento bibliográfico. Nesse levantamento, constarão obras a respeito de Manoel Bomfim, sobretudo sua biografia, e algumas sobre a conjuntura histórica e social vivenciada pelo autor, além disso, algumas outras que tratem em si da História da Educação e de profissões. Esse material fornecerá, portanto, o contexto histórico-social e aspectos da vida de Manoel Bomfim. Eles permitirão, através desse estudo de caso, refletir sobre a Educação e carreiras profissionais no Brasil do século XIX. Para atingir esse objetivo, as obras referenciais serão utilizadas com base nas perspectivas conceituais da *trajetória* e da *sócio-história*. O primeiro permite a compreensão da vivência dos indivíduos em seu contexto. Fundamentado nesse componente, decisões pessoais, influências sociais e familiares e características socioeconômicas podem explicitar como a escolha por estudar Medicina interconectava todas aquelas esferas: do



peçoal ao social. Afinal, decisão pessoal é a manifestação de uma vontade, mas sujeita, em níveis variados, ao contexto dos indivíduos.

Nesse nosso objeto, o contexto tem particular importância. Ele espelha o ambiente e o momento passado por Manoel Bomfim. Desta feita, as vivências do autor ganham mais circunstância dentro daqueles elementos a serem explorados neste artigo: as características dos cursos superiores, enquanto *status* e perspectiva profissional e sua composição socioeconômica, e da Educação Secundária enquanto meio de acesso àqueles cursos. Caracteres históricos e sociais, portanto, precisam ser delimitados. Afinal, eles encerram as características de um determinado período. Assim, é preciso compreender o que era a Medicina e a Educação no Brasil Imperial. À vista disso, buscar o entendimento de como a sociedade operacionalizava os recursos existentes, em particular, a Educação e para quem. Ou seja, se a trajetória permite visualizar a sociedade brasileira (em plano mais geral) e a sergipana (em outro mais local), a sócio-história complementa reforçando a visão dos aspectos conjunturais em relação à Educação Secundária e Superior e as perspectivas profissionais do Brasil Império.

ESTUDAR MEDICINA?! ASPECTOS DO ENSINO SECUNDÁRIO

Depois de passar uma parte da infância e adolescência, entre aproximadamente 1880 e 1885, no pequeno Engenho da família, o jovem Manoel Bomfim informa aos seus parentes que pretende estudar Medicina (AGUIAR, 1999). Para os dias de hoje seria uma grande notícia, sem dúvida. Contudo, é preciso considerar duas questões. A primeira é a origem da família Bomfim e a segunda é o quadro de características dos cursos superiores e suas expectativas profissionais no Brasil daquela segunda metade do século XIX. Trataremos agora do primeiro, ficando o segundo para logo depois.

Paulino José do Bomfim, patriarca dos Bomfim, teve um curioso histórico de ascensão social. Egresso do sertão do Carira/SE e da profissão de vaqueiro obteve sucesso enquanto comerciante na recém-fundada capital de Sergipe, Aracaju. Para essa localidade mudam-se os literais fundadores da família Bomfim – Paulino José e Maria Joaquim, (pais de Bomfim) – logo após o casamento em 1858, onde estabelecem a casa *Bomfim & Cia*. A família era o que Reis (2006) classifica como “elemento social novo” (2006, p. 183). Não pertenciam a nenhum grupo proprietário tradicional e estava mais fortemente ligada a



atividades urbanas. Paulino José foi o mais enfaticamente contrário à decisão de o filho estudar Medicina. É preciso considerar certas incertezas que a profissão trazia, mas isso também será objeto de análise um pouco mais à frente, e aspectos dos princípios pessoais de Paulino José em relação a sua própria trajetória. Ele teve uma infância pobre, na qual a profissão de vaqueiro foi um dos poucos meios de sobrevivência ao qual teve acesso. Seria desnecessário dizer que era uma lide custosa, pouco rentável e sem grandes perspectivas. Sair do sertão para litoral, assumir outro meio de vida, ou seja, a mudança de espaço geográfico e condição social não eram em si absolutamente raras, mas certamente pouco usual. Então, temos um indivíduo que não possuía a princípio uma condição social favorável, mas que lutou avidamente para obtê-la e, por conseguinte, sabia o valor real do trabalho. Valor que queria transmitir aos filhos e cuja principal representação era assumirem os negócios da família. Desta feita, Paulino José tinha clara preferência que Manoel Bomfim assumisse uma posição nos negócios da família (AGUIAR, 1999). Isso porque as possibilidades existentes, na época, na província de Sergipe, eram limitadas. Afinal, era uma sociedade eminentemente agrária, como o restante do País, mas ainda dedicada principalmente à cana-de-açúcar (ALMEIDA, 1993). Desse modo, estudar, buscar uma carreira egressa do meio acadêmico não fazia sentido para o pai do jovem Bomfim. Apesar das posições em contrário o Manoel Bomfim mostrou grande tenacidade e partiu para os estudos preparatórios para ingressar na Faculdade de Medicina da Bahia (AGUIAR, 1999).

O equivalente aos Ensinos Fundamental e Médio, no Brasil do século XIX, era realizado por uma estrutura bastante fragmentada, desarticulada e precária tanto pública quanto privada. Não havia necessariamente um órgão governamental tal qual um Ministério da Educação de hoje. Medidas e ações, por exemplo, em relação a assim chamada Instrução, eram tomadas para a Corte que, no máximo, serviam de modelo para as Províncias. Uma dessas medidas, que terá influência sobre Manoel Bomfim, foi o Dec. n.º 1.331A de 17/01/1854, do Minis. do Império Luís Pereira do Couto Ferrari. Por esse ato administrativo foram implantados, na Corte, os *Exames Preparatórios para o ingresso nas Escolas de Medicina e nos Cursos Jurídicos*. As primeiras *Mesas Examinadoras de Preparatórios* em Sergipe foram constituídas somente em 1873 (NUNES, 1984).

A funcionalidade era a seguinte, o jovem estudante que desejasse algum curso superior, no Brasil dos oitocentos, deveria se habilitar através dos vulgarmente chamados *Preparatórios*. Eram uma série de provas, realizada por uma banca examinadora, na qual o



candidato comprovaria os conhecimentos necessários ao ingresso na faculdade pretendida. Ao contrário de hoje, não necessariamente o estudante deveria passar pelo Ensino Primário e Secundário, já que esse sistema não existia como atualmente. Excluindo-se o *Atheneu Sergipense* ou algum Liceu, que eram mais próximos às escolas do presente, em geral, o que havia eram as aulas avulsas. Eram literalmente aulas de disciplinas isoladas que eram ministradas, muitas vezes, em cômodos das próprias residências dos professores. Assim sendo, o estudante precisaria apenas demonstrar os conhecimentos exigidos pela Banca Examinadora. No geral, esses candidatos realizavam a capacitação para os Exames Preparatórios em alguns meses de estudo, tendo passado talvez outrora por aulas avulsas de, por exemplo, latim, matemática e português ou pelo liceu. Em razão dessas especificidades da Educação brasileira do século XIX, não era imperativo anos de estudo formal em alguma instituição de ensino para ingressar em níveis posteriores (NUNES, 1984).

Ao retornar para Aracaju, Manoel Bomfim inicia seus estudos para os Preparatórios. Se em aulas avulsas, no liceu ou aulas em casa não se sabe ao certo, pois esse período da vida autor é bastante lacunar de informações. O que se sabe é que outro decreto, só que esse local, quase obrigou Bomfim a passar por alguns anos nos estudos formais até poder fazer os Preparatórios. Conforme prática política da época, os Presidentes de Província eram indicados pelo Imperador através dos atributos do Poder Moderador. O presidente de Sergipe, entre maio de 1881 e fevereiro de 1882, foi o conhecido literato Herculano Inglês de Souza. Ele iniciou uma série de reformas da Instrução de Sergipe que geraram bastante controvérsia, sobretudo ao se levar em consideração o período histórico e as características conservadoras da província de *sergipense*. Em resumo, as reformas desobrigavam o ensino religioso, criavam a possibilidade de turmas mistas na Escola Normal e instituíaam o ensino seriado. Além desses aspectos, que colidiam com o caráter retrógrado da província, as medidas de Inglês de Souza quebravam o monopólio de instituições particulares em relação aos Preparatórios. O ensino seriado tornava obrigatória a inclusão dos estudantes naquele sistema regular para só posteriormente estarem qualificados a algum curso superior. Desta feita, instituições privadas perdiam um mercado certamente lucrativo de fazer eventuais cursos de habilitação para os Preparatórios (NUNES, 1984; AGUIAR, 1999). Ressalta-se inclusive que

Quando, nos primeiros meses de 1885, Manoel José deixou o engenho Bomfim e chegou a Aracaju para fazer os preparatórios, rara eram as pessoas



que ainda comentavam o curto período de governo de Inglês de Souza. Contudo, nenhum vestígio das suas iniciativas educacionais havia restado. Por ironia da vida, Manoel José seria, na época, beneficiando pela ação regressista das elites dominantes, as mesmas que, no futuro, ele apontaria como responsáveis pelo atraso político e social brasileiro. Caso as reformas propostas e iniciadas por Inglês de Souza tivessem prevalecido, Manoel José seria obrigado a cursar regularmente o secundário – e não teria concluído os preparatórios a tempo de matricular-se, no início de 1886, na Faculdade de Medicina da Bahia. (AGUIAR, 1999, p. 116)

Pelo disposto até o momento é possível visualizar algumas características da então chamada Instrução no Brasil do Império. Ainda que houvesse uma centralização de decisões na Corte, isso em si não significava que havia um sistema para a Educação no País. O chamado, no corrente, Ensino Básico prescindia de uma estrutura administrativa própria, com uma política educacional definida. Ao invés disso havia, na prática, estruturas quase que celulares nas províncias que, no máximo, tomavam as decisões instruídas pela Corte como o referencial a ser seguido. Assim, a segmentação e a precariedade eram as características mais comuns da Educação Básica no Brasil Imperial, quer fosse pública ou privada. Todavia, as instituições privadas conquistaram um pequeno, mas razoável mercado através dos trabalhos de habilitação de alunos para os *Preparatórios*. Pequeno, se considerarmos numericamente o grupo social que estava apto a pagar por tais cursos com o fim de realizar os *Preparatórios*. Razoável, se considerarmos que se tornou um empreendimento do qual as instituições privadas não desejavam prescindir ou sofrer interferências. No caso de Sergipe, por exemplo, a possibilidade de quebra do monopólio daquele mercado gerou mais do que duras críticas às reformas de Inglês de Souza, proporcionou tanto a anulação daquelas medidas quanto o encurtamento do período de administração do então Presidente de Sergipe (NUNES, 1984).

Ainda que as características do Ensino Básico em Sergipe provavelmente não fossem muito distintas das outras províncias do Império, é preciso considerar algumas singularidades. As reformas do Pres. Provincial Inglês de Souza eram certamente de caráter modernizador. No entanto, aspectos conservadores da elite política e econômica sergipana da época abortaram tal modernização. É preciso considerar que não apenas no aspecto econômico, dada a questão da possível quebra de monopólio de mercado para instituições privadas. Havia também questões que diziam respeito a princípios sociais arraigados em uma sociedade eminentemente rural à moda ainda Colonial. Seriam esses princípios representados pela forte influência de concepções Cristãs. Isso é perceptível em dois pontos da reforma que causaram maior polêmica: a desobrigação do ensino religioso e a possibilidade de se criarem



turmas mistas. Ambas as medidas chocavam-se fortemente com os princípios religiosos correntes e a moralidade social advinda deles. Mais patente fica essa análise quando se revela que o maior crítico daquela reforma educacional foi o Pe. Olímpio Campos, religioso e liderança política em ascensão e estreitamente ligada aos tradicionais grupos canavieiros de Sergipe. Alguns anos depois, na transição para o século XX, o já Mons. Olímpio Campos tornou-se a principal liderança política de Sergipe. O religioso estava à frente da mais conservadora e tradicional elite proprietária sergipana.

SER MÉDICO?! ENSINO SUPERIOR E PROFISSÃO

Talvez desnecessário afirmar que a formação superior estava ao alcance de bem poucos no Brasil do século XIX. Uma elite político-econômica ou que dela fosse de alguma maneira apadrinhada, com muito poucas exceções, teria os meios necessários para ingressar em um curso superior, qualquer que fosse. Para apoiar tal afirmação é preciso considerar toda uma série de fatores que, por questões das limitações deste pequeno artigo, faremos uma síntese.

Primeiramente é preciso considerar que, ao decurso do século XIX, havia no Brasil apenas umas poucas instituições de Ensino Superior e cursos disponíveis. Eram basicamente as faculdades de Direito do Recife e de São Paulo, as de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro e de Engenharia, também no Rio de Janeiro. O número reduzido de opções e poucas localidades já era em si um fator delimitador. Afinal, era preciso lidar com despesas diversas, que em muitos casos significava à família do jovem estudante sustentá-lo a vários quilômetros longe de casa. Apesar do aspecto quase retórico dessa afirmação, há duas outras, mais referenciadas. A primeira diz respeito às características daqueles *Exames Preparatórios*. Salienta Thétis Nunes (1984) que um curso superior era algo possível a poucos, inclusive pelo fato de que algumas famílias com poder e influência pressionavam *Bancas Examinadoras* em favor dos seus respectivos filhos. A situação, em determinados momentos, ficou tão escandalosa, que os exames foram momentaneamente suspensos em Sergipe (NUNES, 1984). Há outro aspecto que é muito bem ponderado por Lilia Schwarcz (1993) que é a forte característica propriamente elitista dos cursos superiores. Diz a autora que as Faculdades de Direito do Recife e de São Paulo foram “Transformadas rapidamente em sedes das elites rurais dominantes [...]” (SCHWARCZ, 1993, p. 142). Em relação às Faculdades de Medicina,



a característica não é muito distinta, pois, ao comparar as instituições baiana e carioca, afirma a historiadora que “O perfil socioeconômico dos alunos [...] na mesma proporção em que a profissão se valorizava, tendia também a se alterar. Principalmente a escola carioca era frequentada por uma clientela privilegiada em termos econômicos [...]” (SCHWARCZ, 1993, p. 142).

Nesse momento, há a oportunidade de completar a contextualização a respeito da oposição de Paulino José em relação ao seu filho – Manoel Bomfim – de estudar Medicina. Naquele Brasil Império, o Direito e não a Medicina era a carreira mais socialmente prestigiosa e de melhores perspectivas profissionais. A razão se dava pelas características da cultura acadêmica bacharelesca do País, a partir desse elemento, do grande *status* proporcionado pelo curso e de ser, especialmente, um grande trampolim para uma futura carreira política ou no alto funcionalismo da administração pública. Ou seja, aquele *status* era mais significativo do que necessariamente a profissão, já que poderia proporcionar toda uma favorável situação junto ao Estado brasileiro na época. Somente mais ao fim do século XIX para o XX, com o avanço de atividades urbanas, é que o advogado de causa tornou-se um pouco mais frequente na profissão (ADORNO, 1988; COELHO, 1999). Já o caso da Medicina era um tanto distinto, pois ainda que encerrasse também um considerável *status* social, não era no mesmo nível do Direito. As razões para isso são várias, resumidas nas seguintes características:

[...] a) a utilização de práticas e técnicas, algumas muito invasivas e de eficácia duvidosa, geravam desconfiança e até temor nos pacientes; b) os pudores da época, que repercutiam no grande constrangimento, por exemplo, de moças e senhoras em serem tocadas por homens estranhos e, muito certamente, sob o atento olhar de pais ou maridos; tais questões contribuíram para que c) os profissionais da medicina tivessem a concorrência de práticos e tratamentos da medicina caseira ou popular. (SANTOS, 2017, p. 38)

Por fim, d) no Brasil particularmente, os Médicos, em muitos casos, para melhorar sua renda e escapar das tributações, atendiam em cômodos de suas residências ou irregularmente em fundos de farmácias. Quando, em melhores condições, ampliavam sua clientela em virtude de fatores mais sociais do que de apuro técnico, a exemplo de ser o Médico de uma determinada família de grande destaque socioeconômico e/ou político (COELHO, 1999). Em outras palavras, a oposição de Paulino José de que seu filho fosse Médico também decorreu desses aspectos peculiares da profissão no século XIX, que contribuíam para que ela não fosse socialmente tão prezada. O próprio Manoel Bomfim, nos



seus breves anos de prática clínica, reclamou da pouca anuência dos seus pacientes aos tratamentos e procedimentos da ciência médica de sua época, preferindo tratamentos caseiros, práticos ou benzedeadas (AGUIAR, 1999).

A Educação e, em particular, a de nível Superior era, portanto, algo acessível quase que somente a uma elite proprietária brasileira do século XIX. Ainda que consideremos que, conforme afirma Reis (2006), Manoel Bomfim fosse egresso de outro componente social, que chamou de “elemento social novo” (2006, p. 183), a boa situação financeira da família foi um elemento crucial para que o jovem Manoel José pudesse estudar. Afinal, o jovem estudante poderia abster-se do trabalho e, assim, dedicar-se aos estudos. Em Sergipe, em algo próximo a um ano, habilitou-se para os *Exames Preparatórios*. Aprovado em todas as disciplinas com distinção, pode ainda no ano de 1886 matricular-se na Faculdade de Medicina da Bahia. Novamente, a privilegiada condição econômica da família, independente da origem social, foi igualmente um fator crucial para que o jovem Bomfim pudesse fazer aquele curso superior. Afinal, nesse caso, o esforço financeiro era maior, já que Manoel Bomfim deveria mudar para outra província e lá sustentar-se. Na prática, isso significava ser completamente provido pela família. Para Bomfim, essa questão do imperativo econômico para estudar tornou-se mais evidente quando em 1888 transferiu-se para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Tão longe de casa a capacidade de suporte familiar havia de ser ainda maior. Inclusive nos primeiros anos de prática clínica no Rio, o agora Médico Bomfim, solicitou vários auxílios financeiros via cartas à família. Enfim, como já visto neste artigo, a clínica médica não era na época algo tão rentável (AGUIAR, 1999).

A viabilidade de execução de estudos e formação no Brasil do século XIX passava sobremaneira por aspectos socioeconômicos dos indivíduos. Essa era a característica mais regular. Mesmo que Manoel Bomfim fosse uma exceção no aspecto de sua origem familiar desvinculada a tradicionais grupos proprietários rurais, ele estava inserido na imperiosa demanda econômica como condição *sine qua non* de poder estudar e obter uma formação superior. A própria condição de origem familiar do jovem Manoel José é indicativa de algumas mudanças sociais. Elas reportam certo avanço de forças produtivas de caráter mais urbanas e, por conseguinte, capitalistas e liberais (ALMEIDA, 1993). Mesmo que no caso brasileiro, esse avanço de forças produtivas fora mais limitado do que nas áreas centrais do capitalismo, as dinâmicas do processo econômico foram distintas geograficamente. Ao se tomar a outrora província de Sergipe, percebe-se que era uma área marginal àquele processo



de expansão de forças produtivas de caráter mais capitalista, que estavam mais concentradas no Sudeste do País, durante o período Imperial, e sem em si não romperam tradicionais estruturas (MORSE, 1995). Enfim, a condição socioeconômica foi um fator fundamental que permitiu a Manoel Bomfim, como tantos outros jovens daquele Brasil do século XIX, estudar e formar-se. Pela trajetória do autor, objeto do estudo, e entre as características econômico-políticas e sociais do Brasil daquela época, esse é o perfil mais regular observado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação no Brasil do século XIX era um privilégio de grupos sociais elitizados daquele período. A precariedade de um incipiente sistema de Instrução e, por conseguinte, a ausência de uma clara política de Educação, impossibilitava o acesso de camadas sociais subalternizadas ao universo educacional. Isso era uma benesse possível a um grupo social seletivo que dispunha, em geral, de recursos econômicos, usualmente disponíveis às famílias de proprietárias rurais. Mesmo com certo avanço do capital, a partir da segunda metade do século XIX, a Educação ainda continuou um privilégio de poucos, aqueles que pudessem pagar por ela. A trajetória e o contexto vivenciado por Manoel Bomfim, neste nosso estudo de caso, expressaram bem essas características. Afinal, o certo avanço capital não rompeu com estruturas tradicionais em si. Os grupos sociais dominantes não dependiam em si da Educação para a manutenção dos seus privilégios. Na verdade, dependiam de suas atividades agroexportadoras e das relações que podiam dispor para obter benefícios do Estado brasileiro.

A Educação, então, tornava-se um verniz. Ela coroava socialmente a afirmação do monopólio daquele grupo social privilegiado. Afinal, fossem Advogados ou Médicos, os indivíduos utilizavam o diploma para uma mera ascensão ou ratificação de uma posição na sociedade. Não necessariamente pelo exercício em si da profissão, mas pelo *status* que o diploma dispunha, promovendo, na prática, carreiras políticas ou no alto funcionalismo público. Aqui se percebe mais claramente as limitações, no plano social, daquele avanço do capital, pois em si não alterou a realidade de como o poder, os privilégios, a gerência do Estado eram operacionalizados e por quem. A Educação, enfim, era fundamentalmente também um meio de afirmação que, de quando em vez, poderia abrir pequenas exceções, mas sem romper em si com a estrutura.



REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. **Os Aprendizizes do Poder: O Bachalerismo Liberal na Política Brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim.** Rio de Janeiro: ANPOCS, Topbooks, 1999.
- ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Nordeste açucareiro: desafios do vir-a-ser capitalista.** Aracaju: UFS; Secretaria de Estado de Planejamento; BANESE, 1993.
- COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro: 1822-1930.** Rio de Janeiro: Record, 1999.
- MORSE, Richard M. As cidades “periféricas” como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina. IN: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro. V. 08, n.º 16. 1995. p. 205-225.
- NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe.** Pref. de José Sebastião Witter. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura e Universidade Federal de Sergipe, 1984.
- REIS, José Carlos. **As identidade do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SANTOS, Ivan Paulo Silveira. **Manoel Bomfim: trajetória, suas críticas e concepções sobre o Brasil como nação.** Orientador Prof. Dr. Frank Nilton Markon. São Cristóvão, 2017. (Dissertação de Mestrado em Sociologia – UFS).
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930).** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.